



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, aprovada na sessão ordinária de 2 de dezembro de 2019, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 3 de dezembro de 2019.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



ep
H

ATA N.º 14 – No dia 27 de setembro de 2019, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 40 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”: -----

- 1 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 24 de junho de 2019; -----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----
- 3 – Transferência de competências do Município para os órgãos das freguesias; -----
- 4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Lourosa – Obras no Edifício Fórum Lourosa; -----
- 5 – Derrama a cobrar no ano de 2020 (Exercício 2019); -----
- 6 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI (ano de imposto 2019); -----
- 7 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2020); -----
- 8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2020; -----
- 9 – Empreitada “Marcação rodoviária de pavimentos na rede viária municipal II – Santa Maria da Feira” -----
- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual; -----
- 10 – Nomeação do Auditor Externo; -----
- 11 – XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses -----
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia); -----
- 12 – Protocolo entre o Município e a Freguesia de São Paio de Oleiros; -----
- 13 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense; -----
- 14 – 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); -----
- 15 – Alteração à postura de trânsito de Santa Maria da Feira. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio



3 - 1/16

Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não estiveram presentes os Srs. Vereadores António Milton Topa Gomes e Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, informou da entrada na Mesa de 6 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia:-----

- Arrifana: Delfim Manuel Oliveira da Silva (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Alcino Pereira Monteiro;-----
- Escapães: Minervina Ferreira da Silva Rocha (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Álvaro Miguel Silva Leite;-----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos;-----
- Paços de Brandão: Firmino Gomes da Costa (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Rita Micaela Ribeiro Marques;-----
- Romariz: Anacleto de Sousa Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira da Rocha;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto Oliveira Tavares. -----

Informou, ainda, que os membros Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto (PS) e Moisés Salvador Coelho Ferreira (BE), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado:---

- Carlos Seixas: substituído pelo José Moreira de Jesus Castro (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – João Luís Almeida Cunha, Maria João Resende Lamas e*



Cláudia Oliveira Antunes Correia – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes), -----

• Carla Pinto: substituída pelo Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (*uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de estar presente*) – o qual entrou no decorrer da sessão,-----

• Moisés Ferreira: substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 45 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; António André da Silva Topa; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo da Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Álvaro Miguel Silva Leite; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Paços de Brandão – Rita Micaela Ribeiro Marques; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto Oliveira Tavares; -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Justino Santos Pinto; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de



Handwritten initials and a signature.

Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----
Independente (IND): Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD), Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos (PSD), Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD), e União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins (PSD). -----

Faltou à sessão, sem ser substituído: Filipe Ramiro Tavares Moreira (Coligação Democrática Unitária – CDU). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 24 de junho de 2019 e a presente sessão: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Cobrança de estacionamento depois da hora acordada” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e mail, em 24/06/2019;-----
- Convite da Igreja de Jesus Cristo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar de uma visita guiada pelo Templo de Lisboa, recentemente construído; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão



pp.
[Handwritten marks]

Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, dando conhecimento da deliberação desta Assembleia Municipal, de 24/06/2019, no âmbito do Projeto de Lei n.º 1097/XIII (Criação da Freguesia de Pigeiros, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01) e do Projeto de Lei n.º 1098/XIII (Criação da Freguesia de Caldas de São Jorge, concelho de Santa Maria da Feira, revertendo a União de Freguesias imposta às populações pela Lei n.º 11-A/2013, de 28/01), ambos da iniciativa do Bloco de Esquerda; -----

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Balneários da Escola de Paços de Brandão” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e mail, em 02/07/2019; -----
- E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo convite para a apresentação do “Livro Verde para a Reforma da Democracia Municipal e Valorização do Papel das Assembleias Municipais – Parte 1 – Regimento-Tipo de Assembleias Municipais”, evento que se realizou no dia 15 de julho de 2019; -----
- E-mail do Diretor da Revista das Assembleias Municipais – publicação trimestral da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando resposta a questionário relacionado com o funcionamento desta Assembleia, para efeitos de publicação no próximo número da referida Revista, e informando quais as assembleias municipais que já responderam ao questionário em questão; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sr.ª Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 24/06/2019, deliberou designar a cidadã Maria Fernanda Pinto Ferreira Alves para substituir Frutuoso Tomé Resende naquela Comissão; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Entre o Douro e Vouga I – Feira/Arouca, informando que esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 24/06/2019, deliberou



- reconduzir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis, como representante do Município de Santa Maria da Feira para o Conselho da Comunidade do referido Agrupamento;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Norte, informando que esta Assembleia, na sua sessão ordinária de 24/06/2019, deliberou designar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira, como representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da segunda revisão do Plano Diretor Municipal de Santa Maria da Feira;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia da recomendação intitulada “Montagem de Eventos”, aprovada, por proposta do CDS-PP, no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária realizada por esta Assembleia Municipal no dia 24/06/2019;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Planos de emergência e simulacros nas escolas do concelho de Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
 - E-mail da Sr.ª Presidente do Observatório Nacional para a Defesa dos Animais e Interesses Difusos (ONDAID), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as conclusões do I Congresso Nacional de Estratégias Locais para a Promoção do Bem-Estar Animal, realização conjunta da Câmara Municipal de Sintra e da ONDAID, levado a cabo nos dias 16 e 17 de janeiro de 2019;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dois requerimentos, subordinados aos assuntos “Bocas de Incêndio – Rio Meão” e “Descarga Poluente Rio Cáster – Santa Maria da Feira” – requerimentos enviados por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da



[Handwritten initials and a signature]

- reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de junho de 2019; -----
- Convite da Junta de Freguesia de Rio Meão e da Comissão de Festas em honra de S. Tiago, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no porto de honra e participar na majestosa procissão, no dia 21 de julho de 2019;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Pagamentos da P. Parques à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - Convite do Clube Desportivo Feirense – Futebol SAD, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na apresentação oficial do plantel para a época 2019/2020, que se realizou no dia 26 de julho de 2019; -----
 - E-mail da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (AEDREL), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando algumas informações a respeito do número 10 da “Revista das Assembleias Municipais”; -----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 17 de junho de 2019;-----
 - Convite da Comissão de Festas Nossa Senhora da Saúde & Santo António – São Paio de Oleiros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na celebração eucarística e na majestosa procissão, no dia 18 de agosto de 2019;-----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 1 e 15 de julho de 2019; ----
 - Convite do Centro de Apoio Social de Mozelos – Lar de Idosos Comendador Américo Ferreira Amorim, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a cerimónia de inauguração dos painéis fotovoltaicos instalados naquela instituição, realizada no dia 6 de setembro de 2019; -----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de julho e de 12 de



(Handwritten mark)

- agosto de 2019; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 2 de setembro de 2019; -----
 - E-mail da Comissão Política Distrital de Aveiro do Pessoas – Animais – Natureza (PAN), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, desafiando os municípios do distrito de Aveiro a participar na 18.ª edição da Semana Europeia da Mobilidade, a decorrer de 16 a 22 de setembro de 2019 – e mail que foi reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia, aos líderes dos grupos municipais e ao membro independente desta Assembleia;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e da Transição Energética pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a praia fluvial no Rio Ul, em Santa Maria da Feira; -----
 - Convite da Comissão de Festas em honra de Santa Maria – Santa Maria de Lamas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na receção às Entidades Cívicas, para a eucaristia e para tomar parte na majestosa procissão, realizada no dia 8 de setembro de 2019 – convite este que foi respondido confirmando a presença do Sr. Presidente da Assembleia no referido evento;-----
 - Convite do Grupo Recreativo e Beneficente A Flor de Aldriz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir ao espetáculo de teatro “A Farsa de Inês Pereira”, realizado no dia 14 de setembro de 2019;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, informando que a visita à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST) ficou confirmada para o dia 9 de setembro de 2019, informando a hora e local da mesma; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a diversos órgãos de comunicação social, remetendo nota de imprensa onde se informa da visita oficial da Comissão Permanente desta Assembleia à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST), na sequência do voto de louvor aprovado por esta Assembleia Municipal; -----



- Ofício da Sr.^a Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 26 de agosto de 2019;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a diversos órgãos de comunicação social, remetendo nota de imprensa intitulada “Constatamos a justeza do voto de louvor que atribuímos à associação”, relativa à visita oficial efetuada pela Comissão Permanente desta Assembleia, no passado dia 9 de setembro, à Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho (ANDST);-----
- E-mail do Sr. Secretário-geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular n.º 51/2019 da ANMP em que se informa da realização do XXIV Congresso daquela Associação, a levar a cabo nos dias 29 e 30 de novembro de 2019, solicitando que esta Assembleia Municipal proceda à eleição de um presidente de junta de freguesia e um seu substituto, tendo em vista a representação das freguesias deste Município no referido Congresso;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 23 de setembro de 2019; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Manuel Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Carmindo Bastos;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento subordinado ao assunto “Câmara Municipal de Santa



Maria da Feira e a empresa ANO” – requerimento enviado por e mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda de 4 pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda de 4 pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, pelo que se faria representar na mesma pela Tesoureira daquele Executivo – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; -----
- E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião a realizar por aquele Conselho no dia 11 de outubro de 2019, informando a ordem de trabalhos da mesma bem como anexando a ata da reunião anterior; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Minervina Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, pelo que se faria representar na mesma pelo Tesoureiro daquele Executivo – Álvaro Leite; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Carla Adriana Pinto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, por motivos pessoais, solicitando ser substituída na referida sessão, nos termos legais; -----



- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, por motivos pessoais, solicitando que a sua falta seja dada como justificada, dando ainda nota que, previsivelmente, não estaria nenhum elemento da CDU presente na referida sessão por indisponibilidade dos restantes elementos que integram a lista;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, por motivos pessoais, solicitando ser substituído na referida sessão, nos termos legais, dando ainda nota que seria substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira; -----
- E-mail da Secretaria do PSD/Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que o membro Carlos Seixas não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de setembro de 2019, por motivos de doença, solicitando a substituição do mesmo na referida sessão, nos termos legais; -----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 4 documentos do BE para serem apreciados – uma moção, uma recomendação, um voto de saudação e um voto de condenação – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Informou que concederia a palavra ao proponente dos documentos para fazer a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou os documentos em referência que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – MELHORAR A MOBILIDADE NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----
O mês de setembro assinalou, uma vez mais, a Semana Europeia da Mobilidade. De facto, a



[Handwritten signatures and initials]

mobilidade deveria ser uma aposta política dos municípios porque ela promove qualidade de vida aos cidadãos, promove cidades mais desenvolvidas e responde também a uma das grandes urgências do nosso tempo: o combate às alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental. -----

Assim, para além de se dever assinalar esta semana, os municípios devem desenvolver medidas e projetos que efetivamente promovam a mobilidade, centrando as suas políticas na promoção dos transportes públicos e no desenvolvimento de formas de mobilidade suave. -----

A requalificação integral da Linha do Vouga e a sua ligação à linha do Norte deve ser uma realidade. Assim, uma pessoa que apanhe o comboio em Santa Maria da Feira poderia deslocar-se com facilidade e conforto a Aveiro e Porto. Essa é, aliás, a proposta que o Bloco de Esquerda já apresentou na Assembleia da República, no âmbito de um Plano Ferroviário Nacional, e que foi rejeitada com os votos contra do PSD, do PS e do CDS e com a abstenção do PCP. Apesar dessa votação, esta é a proposta que melhor serve o concelho, pelo que consideramos que a Assembleia Municipal a deve adotar e recomendar como um dos eixos da mobilidade no concelho. -----

Para além da aposta do transporte público ferroviário, deve haver a aposta no transporte público rodoviário, ligando as freguesias do concelho e reforçando a ligação a outros concelhos, ao mesmo tempo que se deve garantir que o novo passe social chega a cada vez mais pessoas e abrange cada vez mais concelhos e áreas. -----

Devem ser ainda incentivadas outras formas de mobilidade suave, como é o caso das ciclovias e dos projetos de bicicletas partilhadas, aposta que o município deve fazer a par com a melhoria das acessibilidades no espaço público. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de setembro de 2019, delibera:-----

1. Pronunciar-se a favor da requalificação integral da Linha do Vouga, assim como da sua ligação à Linha do Norte, permitindo uma ligação direta ao Porto. -----
2. Pronunciar-se a favor do reforço do transporte público rodoviário no concelho, seja entre freguesias de Santa Maria da Feira, seja os que permitem a ligação a outros concelhos. -----
3. Pronunciar-se a favor do reforço do novo tarifário social, no sentido de abranger cada vez mais concelhos e áreas.-----
4. Instar a Câmara Municipal a desenvolver projetos de ciclovias e de bicicletas partilhadas no



concelho.” -----

“RECOMENDAÇÃO – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE ----

Neste ano de 2019 mais de 2.700 cidades europeias aderiram à Semana Europeia da Mobilidade que tem por tema “Caminha connosco”. Nesta iniciativa que decorreu entre 16 e 22 de setembro, pretendeu evidenciar-se que caminhar e pedalar em segurança traz muitos benefícios à saúde e ao ambiente. Andar a pé e de bicicleta são formas de mobilidade que não emitem CO2 e que contribuem para viver mais tempo e em condições mais saudáveis. -----

As cidades que promovem as deslocações a pé e de bicicleta em vez do uso do automóvel particular, são cidades mais atrativas, com menos congestionamento de tráfego e mais acessíveis a toda a população. -----

Em Portugal subiu para 100 o número de municípios que participam neste evento europeu, aproveitando a oportunidade para explicar os desafios com que se confrontam as cidades e encorajar as deslocações a pé, em bicicleta e em transporte público. -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não aderiu à Semana Europeia da Mobilidade de 2019 em qualquer uma das modalidades previstas: atividades durante a semana, medidas permanentes e dia sem carros. Foi mais uma vez desperdiçada a oportunidade de expor a quem vive nas cidades os desafios que enfrentamos e a necessidade de reduzir a prevalência dos modos de transporte assentes nos combustíveis fósseis tão prejudiciais à qualidade de vida e ao planeta. -----

É sabido que a utilização desmedida do automóvel como forma de deslocação individual, além dos custos sociais como a sinistralidade rodoviária, tem também impactos muito negativos no ambiente e na saúde pública. Estudos científicos relacionam a emissão de gases poluentes (NOx, CO e SO2) e partículas (PM 5 e 10) com a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. As cidades com futuro serão apenas aquelas que desenvolvam políticas de melhoria da qualidade do ar, da redução do ruído e de mitigação/adaptação às alterações climáticas. -----

Tem vindo a crescer, e bem, a exigência cidadã para que as autarquias locais e outras entidades públicas adotem políticas que diminuam o tráfego automóvel e incentivem as deslocações a pé, em bicicleta e através do transporte público. É preciso que a proteção do ambiente, face à predação dos recursos naturais causada pelo modo de produção capitalista,



passe a ser um dos grandes princípios orientadores das políticas municipais. -----
Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão
ordinária de 27 de setembro de 2019, recomenda: -----
Que no Plano de Atividades e Orçamento para o próximo ano seja prevista a participação do
município na Semana Europeia da Mobilidade que irá decorrer em setembro de 2020.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO À GREVE CLIMÁTICA GLOBAL -----

O dia de hoje, 27 de setembro, é marcado pela Greve Climática Global. Esta forma de luta
nasceu da Greve Climática Estudantil e acontece em todo o globo, crescendo a cada dia que
passa e reunindo milhares de pessoas num esforço que já cruza gerações, países e credos. -----
Em Portugal, para o dia de hoje foram marcadas ações de rua em 25 localidades com milhares
de pessoas a sair à rua em protesto contra a inação face às alterações climáticas. -----
Louvamos e apoiaremos as mais diversas formas de luta que façam da resolução da crise
climática a sua prioridade. -----

Depois da enorme mobilização a nível mundial na última Greve Climática Estudantil e dos
mais recentes eventos na Amazônia, a grande maioria dos líderes mundiais parece ter
finalmente dado alguma atenção a esta problemática que certamente marcará uma época da
história mundial.-----

Depois desta semana, durante a qual foi realizada a cimeira do clima da ONU, qualquer
governo que negue esta problemática está do lado errado da história. -----

A necessidade de uma mudança de paradigma é, mais do nunca, urgente. A lógica meramente
sancionatória falhou. Urge, portanto, medidas concretas. A proibição da exploração de
combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis,
particularmente da energia solar (a produção elétrica ser 100% assegurada por energias
renováveis até 2030) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos
são os primeiros passos num caminho que, embora difícil, é necessário. -----

A urgência climática tem que levar as nações a alterar as formas de organização social e
económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às
necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis.-----

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios
florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em



breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade. -----

Como já aqui foi referido, negar este problema ou refutar qualquer forma de luta é estar do lado errado da história. Tal condição aplica-se aos líderes mundiais ou a qualquer ator político. -----

O Bloco de Esquerda considera que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas capitalistas que tem sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra. -----

A defesa do ambiente faz-se em todo o lado. Seja nos palcos da ONU, nas ruas de todo o mundo ou nesta mesma Assembleia Municipal. É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, trabalhadoras e estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais na busca incessante por lucro e monopólio. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão plenária de 27 de setembro de 2019:-----

Saúda a greve climática global na prossecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas.” -----

“VOTO DE CONDENAÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES -----

A violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal. Em 2018, esteve na base de 37% dos homicídios registados em Portugal, resultando em mais de 30 vítimas mortais, a grande maioria das quais mulheres. -----

A violência doméstica é na maior parte dos casos um crime cometido contra mulheres. Em 2019 a violência doméstica já matou 26 pessoas, 25 adultos e 1 criança. Entre os adultos, 20 vítimas eram mulheres. -----

Num país que é o 4.º mais seguro do mundo esta é uma realidade intolerável. Ninguém pode ficar indiferente e ninguém pode ficar inoperante. -----

O distrito de Aveiro é um dos que regista mais participações por violência doméstica



Handwritten signature and initials

anualmente (mais de 1800) e o concelho de Santa Maria da Feira é, segundo dados do Ministério da Justiça, o 20.º concelho do país onde se registaram mais crimes de violência doméstica contra cônjuges: um total de 248 crimes registados pelas polícias.-----

A Câmara Municipal deve condenar a prática de violência doméstica publicamente e deve sensibilizar os mais jovens para este crime. Deve, no próximo dia 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, levar a cabo iniciativas públicas sobre o tema e desenvolver nas várias escolas do concelho atividades de sensibilização para o impacto da violência no namoro e prevenção da violência doméstica. ----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 27 de setembro de 2019, delibera:-----

1. Condenar de forma veemente todas as formas de violência doméstica. -----
2. Instar a Câmara Municipal a realizar, no próximo dia 25 de novembro, iniciativas públicas e junto da comunidade escolar que condenem as práticas de violência doméstica e de violência no namoro.”-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dar nota que iria acompanhar o voto de saudação à greve climática global, salientando que o problema das alterações climáticas não é um problema de esquerda ou de direita, que é um problema global, uma batalha de todos, pelo que não pode ser usado como uma medalha para trazer ao peito ou como um troféu para colocar em cima da lareira. Referiu que muitos olham para as alterações climáticas fazendo lembrar a frase que diz que o último que feche a porta, quando aquilo que se pretende é ter um planeta sustentável, para esta e para as gerações vindouras.-----

Quanto ao voto de condenação à violência contra as mulheres disse que o CDS-PP subscreve o mesmo, tal como subscreve a recomendação para o Município participar na Semana Europeia da Mobilidade.-----

Em relação à moção sobre melhorar a mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira, disse que o CDS-PP está de acordo com os pontos relativos ao reforço do transporte público rodoviário, ao reforço do tarifário social e ao desenvolvimento de projetos de ciclovias, e que também não tem dúvidas que todos concordam com a necessidade de requalificar a Linha do Vouga. Realçou que, contudo, a moção refere que o CDS-PP votou, na Assembleia da República, contra a requalificação da Linha do Vouga, quando não foi bem assim,



Handwritten signature and initials.

esclarecendo que aquilo que a Assembleia da República votou contra foi um plano ferroviário apresentado pelo Bloco que não era exequível, acrescentando que se informou com os Deputados eleitos pelo CDS-PP e que estes lhe confirmaram que tal proposta rondava a ficção. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos recordou que o CDS-PP apresentou, na Assembleia da República, uma proposta sobre a Linha do Vouga que foi aprovada, acrescentando que convém não se tentar enganar a opinião pública com determinadas afirmações. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS acompanha a moção a respeito de melhorar a mobilidade no Concelho porque entende que ela é importante, comentando que, apesar de ser um assunto recorrente e de todas as moções e recomendações que foram sendo aprovadas por esta Assembleia no âmbito desta matéria, a mobilidade no Concelho não melhorou. Referiu ser importante que tais propostas comecem a ser implementadas por quem tem a responsabilidade de implementar as políticas em Santa Maria da Feira, ressaltando que, apesar de reconhecer que tudo o que é dito na moção é importante, o que é preciso é concretizar. -----

Sobre a recomendação para o Município participar na Semana Europeia da Mobilidade, fez notar que o grupo municipal do PS também a iria acompanhar por concordar que é preciso aproveitar tais eventos para atrair as pessoas para a questão da mobilidade, dado tratar-se de um assunto muito importante e decisivo para o futuro do Planeta. -----

Em relação ao voto de condenação à violência contra as mulheres, frisou ser um problema que tem de ser erradicado da Sociedade e que todos têm de lutar nesse sentido, realçando que é uma das brechas que já devia ter desaparecido da Civilização há muito tempo, pelo que o grupo municipal do PS também iria acompanhar esse voto. -----

Relativamente ao voto de saudação à greve climática global, referiu que o grupo municipal do PS também o iria acompanhar porque considera que a situação está num ponto sem retorno, pelo que é preciso, o quanto antes, tratar do Planeta Terra porque não há um plano B, porque não há um Planeta B. -----

Referiu que, contudo, não podia deixar de apontar uma contradição, realçando que, por vezes, se promove a greve às aulas a propósito das alterações climáticas, mas que, na sua opinião, é



pela educação que se promove a consciência ambiental, tanto dos jovens como dos menos jovens. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, começando por aludir à moção sobre a mobilidade no Concelho, disse ser óbvio que o grupo municipal do PSD a iria votar favoravelmente por considerar que tudo deve ser feito para melhorar a mobilidade no Concelho de Santa Maria da Feira. Referiu ser certo que é mais fácil dizer do que fazer, salientando que, apesar das melhorias que têm sido concretizadas, é preciso fazer um grande esforço para que sejam notórias, ressaltando que há muito trabalho a fazer nesta matéria. -----

Sobre o voto de condenação à violência contra as mulheres frisou que o PSD é contra qualquer tipo de violência, seja contra as mulheres, contra os homens, contra as crianças, contra quem for, pelo que o grupo municipal do PSD não iria discriminar as mulheres e, portanto, iria votar esse voto de modo favorável. -----

Em relação à participação do Município na Semana Europeia da Mobilidade, disse não ser por acaso que menos de um terço dos municípios do País tenham participado nesse evento, fazendo sobressair que cada um dos executivos municipais avalia o que deve e o que pode ser feito, de modo a não criar mais incómodo às pessoas do que o objetivo que se pretende atingir com essa ação. Referiu que estas questões funcionam quando há uma intervenção cívica, pública ou não, nomeadamente nas escolas, para sensibilização das pessoas, acrescentando que tirar os carros da cidade durante um dia é, muitas vezes, um tiro no pé porque vai criar incómodo a imensas pessoas e não vai resolver nada, porque nada se resolve num único dia, pelo que, por essa razão, o grupo municipal do PSD iria votar contra a recomendação. -----

Quanto ao voto de saudação à greve climática global disse que o discurso é quase o mesmo, ressaltando que o problema climático, o aquecimento global, é demasiado importante e grave para ser tratado do modo como, no dia de hoje, foi tratado em Lisboa, com as pessoas a sentarem-se no meio da estrada e a obrigarem a polícia a arrastá-las porque estavam a interromper o trânsito. Fez sobressair que estas questões não se resolvem com extremismos, mas sim com muita sensibilização, dando nota de um caso que lhe aconteceu quando foi vereador da Câmara, em que testemunhas oculares lhe deram conhecimento que um Delegado de Saúde atirou um saco do lixo do 4.º andar para o outro lado da estrada. Referiu que, perante isso, chamou a associação de estudantes de uma escola secundária e pediu a esses



alunos que fossem entregar um panfleto às pessoas, de porta em porta, para as sensibilizar para a necessidade de serem razoáveis no que diz respeito ao ambiente e para que o espaço público não fosse conspurcado da forma como estava a ser. Disse que o problema não se ia resolver com manifestações nem com extremismos, realçando que as pessoas contactadas pelos jovens, porta a porta, certamente mudaram de atitude, destacando que as crianças e os jovens conseguem mover ideias e atitude dos adultos com mais facilidade do que qualquer greve ou manifestação extremista.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão referiu que o PSD é contra, por princípio, a que os problemas se resolvam com extremismos e entende que o problema climático é demasiado grave para ser tratado com greves, que considera que deve ser tratado com muito empenho dos poderes públicos e de cada um dos cidadãos, pelo que o grupo municipal do PSD iria votar contra esse voto de saudação.-----

De seguida, interveio novamente a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que, aludindo ao proferido pelo membro José Manuel Leão a propósito do voto de saudação à greve climática global, disse querer ressaltar que, apesar de se tratar de um voto de saudação, o texto do mesmo também refere notas sobre quais as medidas que devem ser tomadas, passando a ler o último parágrafo do documento – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata.---- Frisou que, portanto, o importante no documento não é a greve, mas sim todas as medidas que devem ser tomadas para lidar com as questões das alterações climáticas.-----

Concluindo, disse nada ter a acrescentar em relação às restantes intervenções efetuadas.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD), que disse que se o BE quisesse ter a anuência do PSD, então que tinha de dar outros rótulos e tratar os assuntos como devem ser tratados. Referiu que se fosse apenas pelo que diz o último parágrafo, então que o grupo municipal do PSD votaria a favor, mas que, da forma como o assunto foi apresentado, iria votar contra.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção “Melhorar a mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo BE:* -----



A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD: 28, PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou o membro Eduardo Rocha. -----

– *Recomendação “Participação do Município na Semana Europeia da Mobilidade”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1) e 28 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *“Voto de Saudação à Greve Climática Global”, apresentado pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Rui Alves Rios), rejeitar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *“Voto de Condenação à violência contra as Mulheres”, apresentado pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar o voto de condenação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro *Ângelo Santos*. -----

Entraram os membros Jorge Ferreira e Manuel Pereira dos Santos. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por questionar à Câmara qual o



ponto de situação do projeto da Unidade de Saúde Familiar de Canedo, bem como se já está definida a localização da mesma. -----

Referiu que, na sessão desta Assembleia realizada no passado mês de abril, o Sr. Presidente da Câmara disse que estava a trabalhar com a Infraestruturas de Portugal, S.A. para tentar resolver a situação do Centro Coordenador de Transportes a construir na cidade de Santa Maria da Feira, dado que envolvia alguns trabalhos na zona do nó da autoestrada, na perspetiva de desbloquear a situação de modo a ser possível ter, naquele local, o dito Centro, e que é nessa zona que a Câmara quer que o mesmo se concretize. Recordou que o Sr. Presidente da Câmara disse ainda, nessa sessão, que iria ter, no decorrer desse mês de abril, novas conversações com a Infraestruturas de Portugal, S.A., pelo que queria questionar se houve algum desenvolvimento nesse processo. -----

Concluindo, questionou se o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Maria da Feira está pronto, e, se sim, se já foi apresentado às respetivas autoridades.-----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por dizer que foi notícia, na semana anterior, em vários órgãos de comunicação social nacionais, que o Ministério Público abriu uma investigação a vários autarcas por, alegadamente, terem recebido vantagens de uma empresa informática, designadamente viagens à Turquia, as quais o Ministério Público acredita que foram de carácter recreativo e com o intuito de persuadir à realização de contratos com a empresa em questão.-----

Salientou que Santa Maria da Feira é um dos municípios referidos nessa investigação e que, tendo em conta que dois autarcas foram formalmente indiciados pelo crime de recebimento indevido de vantagem, era importante que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse esta Assembleia sobre este assunto, uma vez tratar-se de uma questão importante e porque foi convidado um representante da Câmara Municipal para a referida viagem. -----

Referiu que, neste âmbito, queria perguntar à Câmara quem representou a Câmara Municipal nessa viagem, se foi algum vereador, se foi um funcionário, se foi um dirigente de algum departamento ou setor empresarial municipal, bem como quem autorizou essa viagem e se essa pessoa sabia qual era o propósito da mesma.-----

Concluindo a sua intervenção disse que como as ofertas em causa incorrem, como já se viu, num crime de recebimento indevido de vantagem, seria da maior importância que esta



Assembleia, e também os feirenses, pudessem saber aquilo que, efetivamente, se está a passar.

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por aludir ao acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a empresa P. Parques para dizer que foi público e notório que a P. Parques, desde o primeiro dia, incumpriu o acordo, designadamente na questão do horário, pelo que perguntava à Câmara como está o acompanhamento desse acordo, que medidas tomou perante esse incumprimento e com que resultados, comentando ser um assunto do qual nada se sabe, que está no segredo dos deuses. -----

Perguntou, também, qual a razão para o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e para a Carta Educativa estarem fora de prazo, frisando serem instrumentos importantes que, em Santa Maria da Feira, passam o prazo de validade sem que se faça nada, ignorando-se olímpicamente essa questão. -----

Disse que outra questão tem a ver com as revisões que, neste ano, foram feitas às bocas de incêndio, seja pela Câmara seja pela Indaqua Feira, salientando que, recentemente, houve um grande incêndio que afetou os concelhos de Ovar e de Santa Maria da Feira da Feira e que, pelo que soube, as bocas de incêndio situadas na parte de Santa Maria da Feira não funcionaram, frisando que essa situação é grave. -----

Concluindo a sua intervenção, questionou à Câmara para quando a realização da marcação horizontal na EN 327 e para quando a repavimentação das estradas das freguesias a sul do Concelho uma vez que, pelo que sabe, esse concurso foi impugnado, daí que perguntava se já há algum resultado dessa impugnação e para quando o início das obras.-----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Fernandes* (PS) que começou por dizer que a questão que queria colocar prende-se, mais uma vez, com o Centro Coordenador de Transportes em Santa Maria da Feira, perguntando à Câmara se tem, ou não, intenção de o fazer, e, se sim, em que ponto está esse processo.-----

Referiu o exemplo verificado na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, salientando que os moradores não conseguem ir trabalhar porque ficam impedidos de retirar os seus carros dado encontrarem vários veículos parados em 2.ª fila, de pessoas que vão tomar os seus pequenos almoços durante uma ou duas horas, e que não conseguem descansar devido às constantes buzinações e roncar dos carros que se verificam naquela zona. -----



Realçou que tal situação aconteceu, na referida avenida, durante todos os dias dos meses de verão, lembrando que já tinha colocado, numa anterior sessão desta Assembleia, a questão ao Sr. Presidente da Câmara e que este, na resposta que deu, demonstrou ter uma certa preocupação relativamente ao comércio local. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Fernandes disse considerar que faz todo o sentido voltar a colocar a questão até porque lhe parece que existirão, na proximidade, espaços alternativos para se poder resolver esta situação. -----

Interveio a deputada municipal *Regina Silva* (PSD), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Neste início de ano letivo quero, em primeiro lugar, saudar toda a comunidade educativa do município de Santa Maria da Feira e expressar votos de um excelente 2019/2020, de que se concretizem todos os vossos desejos. -----

Quando falamos da escola, seja qual for o ciclo de ensino, estamos acima de tudo a falar de pessoas, dos alunos hoje e dos cidadãos do futuro. -----

Fatores como o sentido de segurança de pessoas e bens, o desenvolvimento de infraestruturas sociais eficientes e um forte tecido empresarial impulsionado por programas de apoio planeados e orientados a objetivos bem estruturados são instrumentos diretos de apoio às famílias e essenciais ao desenvolvimento de uma comunidade dinâmica e voltada para o futuro.-----

A escola é o “meeting point” de todos estes processos, porque quando o tema é o conhecimento, é aqui onde tudo se inicia, mas como um princípio sem fim, porque o processo da aprendizagem acaba por ser para toda a vida.-----

Segurança, desenvolvimento de infraestruturas sociais e a implementação de programas de apoio às empresas são temas que caracterizam no seu melhor sentido a política desenvolvida neste município ao longo dos anos. -----

Em termos de segurança, sabemos que Portugal está entre os lugares mais seguros do mundo. Numa lista de 163 países, ocupa a terceira posição, dados de 2019 do Global Peace Index. ----

Em contraste com o panorama internacional, somos sem dúvida um dos locais mais adequados para se viver com a família e não temer pela sua segurança e das suas crianças. ----

Segundo dados da Pordata (2018) o município de Santa Maria da Feira é disso um bom



[Handwritten signatures and initials]

exemplo. É uma das três cidades mais seguras do país e isso reflete-se numa crescente captação de novos investidores e de mão de obra qualificada, assim como em novos habitantes e famílias para o nosso concelho.-----

Por sua vez, as infraestruturas sociais são fundamentais para a atividade económica, a produtividade e o bem-estar social.-----

Ao nível produtivo, Santa Maria da Feira, através de políticas proactivas públicas atrai e acolhe novas empresas de bases sólidas, que têm no horizonte a diversificação dos seus clientes e mercados, nomeadamente nas indústrias do papel, tintas e cerâmica, metalurgia e eletromecânica e puericultura, além do maior centro de transformação de cortiça do mundo e um dos maiores clusters nacionais da indústria do calçado. -----

Neste contexto o “pulsar” da rede de escolas do município tem sido um reflexo disso mesmo. O ano letivo de 2019/2020 fica marcado por investimentos em novos equipamentos como é o caso do novo Centro Escolar de Fornos e por um maior número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, que este ano, quase como em contraciclo, “aumenta pela primeira vez desde 2006”, como registado com satisfação pelo presidente desta assembleia municipal. -----

Apesar dos constrangimentos resultantes da falta de funcionários não docentes no regresso às aulas, um pouco sentido nos vários agrupamentos de escolas, o início do ano tem sido marcado essencialmente pela normalidade, com todos os professores colocados, todas as aulas em funcionamento e todos os serviços assegurados, salvo pequenas exceções tidas como normais no regresso às aulas.-----

Importa igualmente destacar, além do referido investimento e aumento de quase 100 crianças inscritas na educação pré-escolar, o aumento do valor financeiro a atribuir a cada aluno para a aquisição de material escolar nos vários escalões e a diminuição do custo a suportar pelos utilizadores das Atividades de Animação e Apoio à Família. -----

No entanto, segundo algumas vozes, “Os recursos continuam a ser escassos para dar resposta às necessidades da escola pública”, temos, por isso, desafios a colocar e vencer que passam pela: -----

A - Continuação da implementação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) através da aposta no trabalho colaborativo das estruturas pedagógicas e serviços do município de modo a permitir a melhoria significativa do sucesso educativo dos alunos, reduzindo as saídas precoces do sistema educativo, reforçando a qualidade das



aprendizagens e dos resultados escolares dos alunos nos vários ciclos de ensino; -----

B - Continuar o esforço de requalificação dos espaços e equipamentos escolares nas várias escolas do município, de forma a melhorar as condições de trabalho para crianças, alunos, professores e funcionários; -----

E, por último, mas não menos importante, -----

C - Apoiar e incentivar todos os projetos que promovam a consciencialização ambiental dos alunos e a utilização de tecnologias amigas do ambiente. -----

É, pois, fundamental promover a escola prospetiva, uma escola que prepare de facto o “homem do amanhã” que crie e alimente uma abordagem racional e holística na preparação do futuro do ser humano.-----

Mais Educação, mais Inclusão significará melhores condições escolares, pedagógicas, curriculares e didáticas para que a escola seja ainda mais abrangente e ainda mais bem-sucedida junto da comunidade que serve. -----

Neste regresso às aulas, para o ano letivo de 2019/2020, continuamos assim a assumir que queremos ser um município de referência e de excelência, a nível local e regional, em termos de satisfação das nossas crianças, dos nossos alunos e respetivos pais e encarregados de educação, e também dos professores e funcionários de cada instituição.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão sobre a Unidade de Saúde Familiar de Canedo para dizer que a localização da mesma já foi definida há muitos anos, que é num terreno junto ao Intermarché, dando ainda nota que a Câmara não tem informação quanto ao ponto da situação do projeto, estando a aguardar que o mesmo seja feito pela ARS Norte, dado ser a entidade com competência nessa matéria. -----

Sobre o ponto da situação dos Centros Coordenadores de Transportes a construir no Concelho informou que a Câmara comprou um terreno à empresa Cinca, localizado na fronteira entre as freguesias de Lourosa e Fiães, para a construção do Centro Coordenador de Transportes naquela região.-----

Quanto ao Centro Coordenador de Transportes a concretizar na cidade de Santa Maria da Feira informou que, como já referiu em sessões anteriores, a Câmara está em negociações com a Infraestruturas de Portugal, S.A. para que o mesmo se localize na zona da Cruz, junto



Handwritten initials and marks in the top right corner.

aos Passionistas. Informou que, entretanto, foi realizada uma reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação para tratar dessa matéria, a qual deu lugar a uma outra, com o Sr. Secretário de Estado, realizada em julho passado.-----

Referiu que o País está teso, que não tem dinheiro para nada, pelo que a Câmara até se disponibilizou para fazer o projeto de execução e para pagar uma parte do custo da obra, salientando que, contudo, este não é o momento ideal para celebrar tais protocolos porque os governantes estão em campanha eleitoral. Disse esperar que, logo que seja formado o novo Governo, seja possível protocolar com a Infraestruturas de Portugal, S.A. a componente da execução do projeto, e, se possível, alguma componente financeira, acrescentando que a Câmara está disposta a investir uma parte significativa para que esse processo, apesar de difícil, se concretize, por entender que o mesmo é fundamental para o Município.-----

Em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios informou que está a ser feito, dando nota que o Município apresentou duas vezes, no ano passado, esse Plano, mas que foi recusado porque, entretanto, houve uma alteração legislativa que obriga à utilização de uma cartografia diferente. Disse que essa cartografia tem de ser fornecida pelo Estado central, mas que este não a tem, acrescentando que, inclusive, houve alterações ao nível do corpo técnico e, quando a Câmara solicitou esclarecimentos, a técnica não os soube dar, comentando que meter boys nalguns sítios dá, por vezes, nestas chatices. Informou que a Câmara está a trabalhar, em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, na elaboração do Plano Municipal em referência, e que o mesmo será entregue em breve.-----

Relativamente à questão das viagens à Turquia disse já ter referido, por várias vezes, inclusive à comunicação social, que não foi ninguém em representação da Câmara Municipal, nem o seu presidente, nem qualquer vereador ou dirigente municipal, comentando que nem sequer foram convidados para tal viagem. Disse que, quando a notícia veio a lume, um funcionário administrativo veio comunicar-lhe que tinha sido convidado pela empresa e que tinha participado na viagem a título particular, nas suas férias, acrescentando que o assunto está a ser tratado internamente.-----

Sobre a questão relacionada com o acompanhamento do acordo celebrado com a empresa P. Parques, disse que está a ser acompanhado pela Câmara, reconhecendo que tem havido alguns incumprimentos por parte da empresa, os quais estão a ser acompanhados, em permanência, pelos juristas da Câmara e pela assessoria jurídica, nomeadamente a questão dos



juros de mora, entre outras. -----

Em relação à revisão da Carta Educativa disse que o documento se encontra em discussão pública, que já foi apresentado a todos os parceiros, informando ainda que o trabalho base foi feito pela Universidade de Aveiro. -----

Relativamente às bocas de incêndio do Concelho disse que estão todas em funcionamento, que é mentira que tenham falhado num incêndio, salientando que até houve um desmentido por parte dos Bombeiros da Feira a propósito das notícias da falta de água nas bocas de incêndio, em que estes comprovaram que não houve nenhuma anomalia. Disse que o que aconteceu, nesse incêndio, foi que a primeira Corporação a chegar ao local foi a de um concelho vizinho, que não tinha a chave adequada para abrir a boca de incêndio, situação que foi rapidamente resolvida após a chegada dos bombeiros de Santa Maria da Feira. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reafirmou que todas as bocas de incêndio do Concelho funcionam bem, destacando ainda que, todos os anos, esses equipamentos são verificados, num trabalho conjunto da Indaqua Feira e dos Bombeiros do Concelho. -----

Entraram os membros Luís André Santos e José Carlos Baptista Martins. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 13 – Sessão Ordinária de 24 de junho de 2019 -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 38 votos a favor, aprovar a ata em referência. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Regina Silva, Aldina Cabral, Manuel Strecht Monteiro, Lúcia Fernandes, Tiago Carneiro, Álvaro Leite, Armando Teixeira, Rita Marques, Mário Jorge Reis, Alexandra



Patrícia Rocha, Valdemar Silva e Alberto Tavares.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.427, em 19 de setembro de 2019, que remete o IV Relatório de 2019 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) para questionar a que se refere a verba de 2.999.424,42 € relativa ao edifício destinado ao Arquivo Municipal, questionando se se trata de uma previsão do que se vai gastar na execução do referido edifício. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que explicou que a listagem onde consta essa verba é relativa, como diz no cabeçalho, às empreitadas e fornecimentos de bens e serviços contratados pelo Município entre 16 de junho e 15 de setembro de 2019. Informou que o Município assinou, nesse período, um contrato de adjudicação da empreitada em questão, pelo que é por isso que consta na listagem essa verba de cerca de 3 milhões de euros. Disse ser isso que vai custar a empreitada, que foi assinado um contrato e que a verba em causa corresponde a esse contrato. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

3 – Transferência de competências do Município para os órgãos das freguesias -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP mantém a posição que tomou na sessão desta Assembleia realizada no dia 1 de fevereiro de 2019. -----
Referiu que o CDS-PP entende que, tal como o Município não aceita a transferência de competências do Governo, também as freguesias fazem bem em não aceitar enquanto as transferências de competências não forem acompanhadas dos respetivos meios humanos e financeiros, para que possam executar essas tarefas. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor (PSD: 32, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 11 abstenções (PS), nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação camarária suprarreferida, reiterar as deliberações desta Assembleia Municipal de 13 de setembro de 2018 e de 1 de fevereiro de 2019, face aos pareceres favoráveis das juntas de freguesia. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a seguinte declaração de voto: -----
“No seguimento do que tem sido a posição do Bloco sobre este tema, votamos a favor da proposta da não transferência de competências, mas, mais uma vez, por motivos diferentes. É porque estamos contra este processo de descentralização, e não pelos motivos que são apresentados pelo Município.” -----

Entraram os membros Rosa Maria Silva e António Valdemar Ribeiro. -----

4 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Lourosa – Obras no Edifício Fórum Lourosa -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2019 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS está completamente de acordo com a proposta apresentada. -----



Referiu não poder deixar de verificar, a talhe de foice, que este tipo de apoios é muitas vezes presente à Assembleia Municipal, que é uma atribuição meramente casuística, não mostrando haver um critério para a atribuição dos mesmos. -----

Salientou que o apoio a atribuir à freguesia de Lourosa é bem atribuído, questionando se, no futuro, alguma outra freguesia quiser o mesmo tipo de apoio, terá direito a ele ou se o presidente da junta de freguesia terá de ir ao “beija-mão” ao Presidente da Câmara, e este decidirá se dá, ou não, o apoio. -----

Disse considerar que este tipo de apoios deve ser universal e transversal, que deve ser atribuído nas mesmas condições seja à freguesia do Vale, Lourosa, Travanca ou qualquer outra, não devendo depender de um arbítrio, do tipo agora levas dinheiro, depois não levas. ---

Concluindo a sua intervenção referiu que o apoio em questão, à Junta de Freguesia de Lourosa, é, com certeza, bem concedido, pelo que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente a proposta. -----

Interveio o membro *Armando Teixeira* (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, que começou por dizer que o apoio em questão vem na sequência de uma luta que já dura há 2 ou 3 anos, informando que o edifício Fórum Lourosa tem cerca de 2.000 m² de área coberta e que nele funcionam a Junta de Freguesia, a Repartição de Finanças, a Biblioteca, o Auditório e a Unidade de Saúde Familiar (USF). -----

Referiu que a intenção era que a obra já tivesse sido feita no mandato anterior, mas que não foi possível, fazendo notar que se tentou que a ARS Norte participasse no financiamento da obra, uma vez que a USF funciona no edifício sem que a ARS Norte pague um cêntimo por isso, mas que a mesma se recusou a participar. Disse lamentar essa atitude do Estado até porque o maior problema verifica-se exatamente no lado do edifício onde funciona a USF, em que chove copiosamente. -----

Salientou que as juntas de freguesia não têm meios financeiros para fazer obras no valor de cento e tais mil euros, fazendo notar que, no caso da Junta de Freguesia de Lourosa, esta recebe 140 mil euros da Câmara e 90 mil euros do Estado, tendo um orçamento anual de cerca de 230 mil euros, pelo que não lhe é possível fazer qualquer obra dessa relevância. Destacou que as pessoas que estão nas juntas de freguesia trabalham para o povo, para a comunidade, e que lamentam muito por sentirem que nem sempre recebem a ajuda devida. -----



Salientou que, apesar de alguns pensarem que um apoio financeiro de 50% é excelente, não é nada disso, ressaltando que os outros 50% representam cerca de 60 ou 70 mil euros e que, portanto, a Junta de Freguesia, face ao seu orçamento anual, tem de criar energias e sinergias para arranjar mais dinheiro para que consiga fazer algum investimento. Frisou que é preciso pensar no futuro, que não basta as freguesias terem competências, que é preciso que tenham mais condições para as executar, comentando que as juntas de freguesia são umas pedintes e que isso é muito complicado.-----

Sobre o apoio atribuído pela Câmara, aludiu à parte que diz que a entidade apoiada não poderá, durante os próximos 8 anos, receber novos apoios para o mesmo âmbito, para realçar que essa é uma questão complicada porque, caso ocorra algum problema no edifício, a Junta de Freguesia não terá apoio de mais ninguém, frisando esperar que esta questão seja mesmo igual para todos, pelo que concorda com o membro Sérgio Cirino quando diz que o tratamento tem de ser igual para todas as freguesias.-----

Concluindo a sua intervenção, disse querer agradecer à Câmara pelo apoio que atribuiu, dentro das suas possibilidades, para as obras a realizar no edifício Fórum Lourosa, bem como lamentar que a ARS Norte nada tenha feito para ajudar nesta situação.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por informar, em relação à questão levantada pelo membro Sérgio Cirino, que transmitiu a todos os presidentes de Junta de Freguesia que se quisessem fazer obras nas sedes das juntas de freguesia, de manutenção, de eficiência energética e, principalmente, de acessibilidades, que a Câmara Municipal apoiaria em 50% do custo, frisando ser o caso do apoio em questão, a conceder à Junta de Freguesia de Lourosa.-----

Frisou que a regra da Câmara é essa, ou seja, atribuir um apoio de 50% do custo da obra, sem prejuízo da avaliação que, naturalmente, será feita.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), autorizar, nos termos e com os fundamentos constantes na deliberação suprarreferida, a atribuição, à Freguesia de Lourosa, de um apoio financeiro de 50% do valor das obras, até ao valor máximo de 62.813,37 €, nas seguintes condições:-----



1. O pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura apresentada, até perfazer o valor máximo do apoio;-----
2. A entidade apoiada não poderá usufruir de novos apoios, com o mesmo âmbito, pelo período de oito anos a contar da data da deliberação que concede o apoio;-----
3. O apoio deverá ser refletido nos relatórios semestrais.-----

5 – Derrama a cobrar no ano de 2020 (Exercício 2019)-----

6 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI (ano de imposto 2019)-----

7 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2020)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 9 de setembro de 2019 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que, no respeitante aos pontos em discussão, o CDS-PP iria votar em conformidade com o que votou no ano passado. Referiu que, no seguimento do que havia afirmado em 2018, continua o desinvestimento nas zonas industriais com mais de 20 anos, realçando que o CDS-PP considera que quem paga derrama e tem falta de condições para trabalhar, devia ter uma especial atenção do Município. Concluindo, frisou que o investimento nas zonas industriais devia ser, nos próximos tempos, uma aposta do Município.-----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que, começando por aludir à derrama, disse que o BE acompanha a proposta apresentada e concorda com a medida da taxa reduzida para empresas que faturem até 150 mil euros anuais.-----

Quanto ao IMI disse que o BE não está de acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal por duas razões, porque considera que é importante baixar os impostos sobre as populações, e, principalmente, porque considera que é uma proposta insuficiente.-----

Sobre a necessidade de baixar impostos referiu que, mesmo sabendo que a taxa de IMI



desceu, em 2018, de 0,4 para 0,375%, a realidade é que, observando a receita obtida com este imposto, a mesma continua a aumentar de ano para ano. Salientou que, com isto, aquilo que o BE quer dizer é que seria perfeitamente sustentável descer a taxa de IMI, à semelhança do que acontece em vários municípios no distrito de Aveiro, e não só, realçando que a redução de impostos tem um impacto positivo não só no quotidiano das famílias, mas, também, no desenvolvimento da economia, nomeadamente através do aumento da procura interna, e que isso é visível a nível nacional.-----

Salientou que, para além disso, a proposta peca, essencialmente, porque continua a não utilizar uma série de mecanismos previstos no Código do IMI, como, por exemplo, a majoração para prédios devolutos ou degradados, o que poderia incentivar à reabilitação dos mesmos, bem como a minoração de 20% para os imóveis que estão no mercado de arrendamento. Disse, sobre essa minoração de 20%, que esse mecanismo ajudaria a responder a um problema que não é só de Santa Maria da Feira, que é do País, designadamente a falta de habitação no mercado de arrendamento, principalmente a preços acessíveis. Realçou que essa minoração seria um incentivo à colocação de mais habitações no mercado de arrendamento, e que tal levaria a uma baixa das rendas praticadas, melhorando, conseqüentemente, o acesso à habitação.-----

Salientou que a realidade é que nenhuma dessas ferramentas consta da proposta apresentada pela Câmara, as quais poderiam incentivar à reabilitação urbana e à valorização do edificado existente no Concelho, bem como à promoção do mercado de arrendamento, pelo que, por isso, o BE iria votar contra a proposta apresentada sobre o IMI. -----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por salientar que o PS sempre pretendeu, nesta Assembleia, que os impostos municipais fossem mais do que apenas arrecadar receita porque entende que eles têm muitas virtualidades, como beneficiar, na derrama, as pequenas empresas, ou como introduzir, no IMI, coeficientes de majoração para os prédios devolutos e de minoração para os prédios reabilitados. Referiu que a Câmara parece não querer aproveitar essas virtualidades, comentando que o único desconto que a Câmara propõe é a redução do IMI para as famílias, para além da redução do IMI para quem mora perto do aterro sanitário, dizendo que esses tiveram de levar ali com o lixo para terem direito ao desconto. -----



Quanto à derrama disse que, para as empresas com um volume de negócios acima de 150 mil euros, o PS concorda que deve ser fixada no limite máximo de 1,5%, mas que defende que aquelas que têm um volume de negócios até 150 mil euros e que criem 5 postos de trabalho não devem pagar derrama. -----

Fez notar que o PS defendeu isso na Câmara Municipal e também defende nesta Assembleia Municipal, pois entende que, mesmo que a poupança em causa seja pouca, seria um reconhecimento para aqueles empresários que criam postos de trabalho e que não vão deslocalizar os seus trabalhadores, porque são do Concelho e não têm sequer dinheiro para fugir do Concelho. Frisou que é preciso reconhecer essas pessoas que arriscam tudo no dia a dia, que dão avais pessoais todos os dias, acrescentando que, apesar de saber que a derrama incide sobre o lucro das empresas, entende que as que cumprem esses requisitos não devem pagar derrama. -----

Em relação ao IMI disse que julgava que a descida aprovada em 2018 pronunciava uma nova descida em 2019, mas que se enganou, comentando que, se calhar, o Executivo Permanente não quer perder a oportunidade para, em 2020, e porque é mais perto das eleições, reduzir a taxa desse imposto. Salientou que, com isto, os feirenses estão a ser privados de beneficiarem, desde já, de uma descida do IMI, fazendo notar que o PS defende a redução da taxa para 0,35%, na senda, como disse a deputada municipal Salomé Ventura, da grande maioria dos municípios do distrito de Aveiro. -----

Sobre a participação no IRS disse que o PS também defende uma redução, apesar de saber que, perante isso, o Sr. Presidente da Câmara vai argumentar que essa redução apenas beneficiaria os ricos. Referiu, a esse propósito, que os ricos já não se preocupam muito com o IRS porque muitos já não o pagam, fazendo sobressair que quem paga IRS são os trabalhadores por conta de outrem, que têm de declarar todos os rendimentos. Frisou não estar em causa o seu próprio benefício, dado que paga muito IRS, mas sim o de todos os feirenses, daí defender uma participação de 2,5% sobre o IRS. -----

Concluindo a sua intervenção disse que, da discussão tida na reunião de Câmara sobre os impostos municipais, ficou a parecer que era um sacrilégio baixar os mesmos, mas que, depois, ficou admirado ao ver a capa do jornal Correio da Feira em que aparece um ilustre candidato feirense à Assembleia da República, pelo PSD, a dizer que reduzir a carga fiscal é perfeitamente exequível, salientando que lhe subscreve essas palavras em relação aos



impostos municipais. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que, apesar de considerar interessante a discussão que estava a ser feita sobre os impostos municipais, gostava de ver discutida a verdadeira essência dos mesmos, ou seja, o que fazer com a receita arrecadada. ---
Referiu ser verdade que, ao longo dos últimos anos, tem havido um brilharete financeiro porque o Município passou de uma dívida de cerca de 60 milhões de euros para cerca de 20 milhões de euros, passou de ter disponibilidades financeiras exíguas para ter cerca de 33 milhões de euros, frisando que, contudo, na realidade isso é pouco relevante. -----

Disse ser igualmente verdade que houve uma redução do prazo médio de pagamento a fornecedores, o qual anda à volta dos 12 dias, mas que seria importante saber outro indicador, que inventou em jeito de brincadeira, que era perceber qual o prazo médio de prestação de serviços aos feirenses, salientando que esse será, certamente, superior a um ano, e que isso devia ser motivo de reflexão. -----

Realçou que basta olhar para o Plano Plurianual de Investimentos de 2018 para perceber, com alguma facilidade, que ficaram 30 milhões de euros por investir porque apenas foram executados 11 milhões de euros dos cerca de 41 milhões de euros que estavam previstos. Disse ser certo que o Sr. Presidente da Câmara pode afirmar que alguns desses milhões não eram da responsabilidade do Município, podendo acusar as administrações regionais da Saúde e da Educação por falharem nos seus compromissos, bem como ressaltar que alguns milhões estavam dependentes de fundos comunitários, mas que também é certo que alguns desses investimentos seriam, única e exclusivamente, da responsabilidade do Município, mas que o Executivo Permanente entendeu não os fazer. -----

Referiu que, por exemplo, na questão da pavimentação das estradas, estavam previstos investir mais de 11 milhões de euros e que apenas foram executados pouco mais de 2 milhões de euros, recordando que, há 6 anos, o Sr. Presidente da Câmara apontava como grande objetivo pavimentar todas as estradas do Município, mas que, na prática, e até em termos de execução financeira, tal objetivo fica por cumprir, e que isso é de lamentar. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Daniel Gomes referiu que, portanto, questiona ao Sr. Presidente da Câmara o que quer fazer com aquilo que se propõe arrecadar, isto é, se pretende, ou não, executar aquilo que vier a ser definido no Plano e Orçamento para 2020, e,



caso não pretenda executar, porque é que não devolve aos feirenses aquilo que não executa, através da redução dos impostos municipais, porque se está a falar de muito dinheiro.-----

Disse que o Sr. Presidente da Câmara até pode argumentar que a falta de execução se deve à falta de capacidade dos próprios empreiteiros, mas que, nesse caso, questiona para que serve a almofada financeira que está a ser criada no Município. Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara quer reduzir a dívida do Município a zero, comentando ficar satisfeito se o fizer, ou se quer acumular mais recursos financeiros para, daqui por alguns anos e se o povo lhe der esse mandato, investir noutros projetos que ainda não se sabe quais são, reafirmando que a questão passa por saber qual é o objetivo daquilo que se está a deliberar em termos de impostos municipais. -----

Concluindo a sua intervenção referiu que, no limite, o Município até podia definir a taxa máxima de IMI de 0,45%, desde que prestasse os serviços correspondentes a essa taxa e executasse os investimentos previstos, mas que tal não se verifica, havendo um “gap” entre aquilo que se arrecada e aquilo que se presta, pelo que entende que o Sr. Presidente da Câmara deve dizer para que quer esse dinheiro.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que, por vezes, fica baralhado ao ouvir alguns elementos do PS, realçando que o membro Daniel Gomes fez as perguntas, deu as respostas, e, afinal, chegou à conclusão que o “gap” entre aquilo que o Município arrecada e aquilo que deixa de gastar é para reduzir a dívida. Salientou que o Daniel Gomes até referiu que se justificava a subida da taxa de IMI para o máximo para se poder fazer mais obras no Concelho, dizendo não compreender que o mesmo tenha aplaudido o facto de a Câmara ter reduzido a dívida de forma drástica e, depois, tenha criticado a mesma Câmara por ter feito poupança. -----

Referiu que, a nível nacional, o PS de António Costa conseguiu, junto com os partidos da geringonça que o apoia, apagar a imagem do antigo Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, que tinha promovido o grande aumento de impostos durante a troika, porque ultrapassou esse limite e atingiu o topo, em termos de carga fiscal, desde o 25 de Abril. Disse que, portanto, não venha o PS defender para esta Assembleia que a Câmara deve poupar as famílias aos impostos quando foi o próprio PS que sobrecarregou os portugueses com a maior carga de impostos desde que há memória. -----



Frisou que tem de haver uma redução de impostos a nível nacional, que não é só o candidato feirense à Assembleia da República, pelo PSD, a dizê-lo, acrescentando que apenas os partidos de esquerda e de extrema-esquerda é que admitem que é possível o País progredir com a carga de impostos que tem atualmente. Realçou que os países que estão a ter maior crescimento económico são aqueles que reduziram os impostos, aludindo ao exemplo da Irlanda para dizer que, com a redução de impostos, aquele país conseguiu atrair investimento, criar emprego e ter um maior desenvolvimento económico, ultrapassando dessa forma os problemas que enfrentou. -----

Sobre a afirmação de que, em Santa Maria da Feira, há um aumento da receita do IMI apesar de se ter reduzido essa taxa, frisou que o Município tem sido cauteloso quanto à questão dos impostos, realçando que a Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças já informou que não vai haver um aumento da receita arrecadada com os impostos, mas sim uma diminuição. -----

Em relação à participação de 5% sobre o IRS disse que, para ele, como é um privilegiado e ganha para pagar umas dezenas de milhares de euros de IRS, daria para pagar alguns almoços ou jantares, ou até para umas boas férias, mas que, para a grande maioria dos portugueses, o valor correspondente é uma insignificância, acrescentando que as pessoas que ganham menos não pagam IRS e que, para os da classe média, os 5% da participação não daria mais do que para um jantar por ano. -----

Salientou que essa receita arrecadada pelo Município é útil para a população em geral porque proporciona fazer algum investimento, realçando que não se pode estar, nuns casos, a favor da poupança, e, noutros, a criticar porque não é feito investimento, comentando que não se pode ter sol na eira e chuva no nabal. Disse ser bom que, a nível local, o PS reconheça e aplauda a redução da dívida que foi conseguida por esta Câmara, mas que também é bom que reconheça que isso só foi possível porque houve arrecadação de receita suficiente e não se gastou mais do que aquilo que se devia gastar, pois só assim se consegue poupar. -----

Em relação à derrama disse julgar que, com algumas nuances, todos concordam com a taxa proposta e com a aplicação de uma taxa reduzida para as empresas com uma faturação até 150 mil euros. -----

De seguida referiu que, uma vez que os outros partidos aproveitaram a discussão destes pontos para fazer um pouco de política, também o iria fazer. Salientou já ser suficientemente



velho e ter suficientes anos de política, bem como boa memória, para se recordar das batalhas que o PS de Santa Maria da Feira fez e, depois, ter de pôr a viola no saco porque todas essas batalhas, que o PS entendia não serem possíveis de ultrapassar, foram sendo ultrapassadas pelo Executivo Permanente ao longo do tempo.-----

Fez notar que iniciou a sua atividade municipal em 1976 e que, durante muitos anos, ouviu o PS dizer que os feirenses iam morrer todos envenenados porque não tinham água potável nas suas casas e porque os esgotos não eram tratados. Realçou que, durante anos, essa foi a grande batalha do PS, que dizia que o PSD iria ser o culpado de muitas mortes e doenças por não conseguir levar a água potável a casa dos feirenses nem tratar os esgotos, mas que, contudo, essa questão foi ultrapassada nos anos 90, comentando que foi tarde, mas que foi ultrapassada. Salientou que, depois, a batalha passou a ser a dívida municipal devido aos grandes investimentos que a Câmara foi obrigada a fazer, nomeadamente nos reservatórios, para levar a água aos feirenses e para tratar os esgotos, recordando que, nesse período, o PS dizia que a dívida era incomportável e que o Executivo do PSD tinha hipotecado o futuro do Município.-- Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão fez sobressair que o futuro é hoje, em que o PS está a criticar o facto de a Câmara estar a pagar a 12 dias aos fornecedores e por ter mais de 30 milhões de euros de disponibilidades, realçando que o PS de Santa Maria da Feira tem de adequar o seu discurso ao tempo e arranjar outros argumentos, porque os que usou já se esfumaram. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos, começando por aludir à questão colocada pelo membro Ângelo Santos a propósito da derrama e do estado das zonas industriais. Sobre isso, fez notar que a derrama é um imposto sobre o lucro tributável das empresas e, em segundo lugar, salientou não ser verdade que as zonas industriais do Concelho estão em mau estado, dizendo que estão limpas e arranjadas, comentando ser natural que as novas zonas industriais, de primeira geração, tenham alguns serviços que as antigas não têm. Convidou o membro Ângelo Santos a visitar a Zona Industrial da Silveirinha para ver o serviço que nela foi feito, ressaltando que outro exemplo é a Zona Industrial do Roligo, em que os passeios e pavimentos foram reparados, frisando que a manutenção das zonas industriais é uma preocupação permanente da Câmara e que esse trabalho é feito em conjunto com as juntas de freguesia. -----



Quanto à intervenção feita pela deputada municipal Salomé Ventura disse ter ficado contente ao ouvir a mesma dizer que a diminuição de impostos é positiva e que o BE é a favor da diminuição de impostos, salientando achar isso curioso porque tal não se verifica no País. Disse que Portugal tem a maior carga fiscal de sempre e que isso não é bom, mesmo do ponto de vista do funcionamento de uma economia, realçando que o Estado devora toda a riqueza produzida pelos portugueses quando essa riqueza, ou parte dela, devia ser para poupança para permitir investimento, fazendo sobressair que o País tem necessidade de investimento, mas que tal só é possível se houver poupança. -----

A esse respeito referiu que o Dr. Horta Osório, cuja autoridade é reconhecida por todos, disse muito recentemente que a dívida pública portuguesa é três vezes o PIB e que isso significa que, caso haja um acréscimo de 2% nos juros, o País terá imediatamente a troika à porta porque não tem dinheiro para pagar os seus compromissos. Frisou que a questão da dívida deve deixar a todos preocupados, salientando que a verdade é que a brutal carga fiscal existente serve para alimentar o Estado, nas suas múltiplas valências e com as ineficiências verificadas em muitas situações. Referiu que todos querem, certamente, que o Estado funcione bem porque quando alguma coisa corre mal, corre mal para todos, independentemente do partido de cada um e do partido que está a governar, acrescentando que é preciso ter a noção de que aquilo que o País produz, como as exportações e os serviços, é o que faz com que se possa viver melhor ou pior. -----

Relativamente à questão da majoração da taxa de IMI para os prédios devolutos, disse admitir que esse mecanismo funcione bem nos grandes centros urbanos, como o Porto ou Lisboa, pois, aí, a maioria dos prédios valem uma fortuna e só estão devolutos porque os proprietários querem, porque se os venderem ficam ricos. Referiu que, contudo, na região onde se insere Santa Maria da Feira, entende que é preciso ter alguma prudência porque tributar cegamente os prédios devolutos pode colocar em causa muitas pessoas, famílias e até comunidades, comentando que muitos deles são de pessoas de idade, ou até de pessoas que emigraram e que não regressaram, que não têm capacidade financeira para recuperar os ditos prédios. -----

Disse não ser verdade que a Câmara não se preocupa com a reabilitação urbana, recordando que a Câmara lançou as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) em todos os centros urbanos do Concelho, e que as mesmas contemplam situações de redução de impostos, como o IVA, o IMI e o IMT, visando incentivar as pessoas para recuperarem voluntariamente os imóveis



devolutos e, se possível, colocá-los no mercado de arrendamento. Referiu que concorda que o País tem um grave défice de habitação, principalmente para arrendamento, salientando que isso se deve a razões históricas porque, durante muitos anos, as leis quase que expropriavam o senhorio do seu imóvel quando o arrendava, fazendo com que muita gente não investisse no mercado de arrendamento. Salientou que esse mercado está novamente a funcionar e que espera que os legisladores não regridam, que não façam leis que levem os senhorios a terem medo de recuperar as suas casas para as arrendar, frisando que é preciso agir com muito cuidado porque sempre que se fala em alterações à lei do arrendamento se pode estar a pôr em causa esse tipo de oferta de habitação. -----

Sobre a questão de que a Câmara só usa os impostos municipais para arrecadar receita, disse entender que há uma grande falta de esclarecimento, fazendo sobressair que a Câmara não tem 30 milhões de euros no banco, que era bom que assim fosse. Salientou que o problema reside na lei que obriga a Câmara a cabimentar a despesa que vai ser feita, quando, muitas vezes, a execução da obra prolonga-se muito mais do que o previsto, ressaltando que a forma como as verbas têm de ser alocadas no Orçamento condiciona muito a capacidade de execução da própria Câmara. -----

Fez ainda notar que, agora, com a alteração à lei, se permite que qualquer empresa que queira aborrecer a Câmara possa, quando perde um concurso e, às vezes, porque está em conflito com a empresa vencedora, meter uma providência cautelar, fazendo com que se ande anos sem se poder avançar com o processo. Informou que isso aconteceu relativamente a um dos concursos para a pavimentação das estradas, em que houve a reclamação de um candidato, porque anda em conflito com a empresa vencedora do concurso, a qual apresentou claramente o preço mais baixo, e o assunto está no tribunal há meses, impedindo a concretização da pavimentação dessas estradas. -----

Disse que, anteriormente, havia a forma da resolução fundamentada, explicando que, mesmo que o assunto fosse para tribunal, a Câmara fundamentava a decisão de avançar com o processo com a existência de interesse público, e se, passados 2 ou 3 anos, o tribunal desse razão ao reclamante, a Câmara teria de o indemnizar pelo eventual lucro cessante, se fosse esse o caso. -----

Referiu que o legislador retirou às autarquias essa prerrogativa da resolução fundamentada, que lhes permitia ultrapassar tais constrangimentos, levando a que todos os autarcas estejam a



reclamar para que possam tornar a ter esse mecanismo, dizendo esperar que essa situação se resolva de uma vez por todas. Realçou que o Estado não retirou essa prerrogativa a ele próprio, mas que a retirou às autarquias, impondo-lhes esse grande garrote que é o de ter dinheiro alocado numa determinada rúbrica orçamental sem o poder gastar, ressaltando que o Município tem alguns milhões de euros nessa situação e que isso é complicado porque, muitas vezes, impede de fazer investimento. -----

Relativamente ao IMI familiar disse que a Câmara propõe, naturalmente, a redução máxima permitida legalmente. -----

Em relação à redução do IMI para a área situada junto ao aterro sanitário em Canedo, disse que considera que qualquer pessoa que defende o desenvolvimento sustentável tem de perceber que o tratamento dos resíduos, a recolha separatista, o reaproveitamento, a reutilização, são palavras que têm de fazer parte do dia a dia. Referiu que, cada vez mais, o lixo não será lixo, mas sim resíduos que produzem gás, húmus e outras coisas, destacando que os resíduos, quando bem separados, dão para ser reaproveitados e que é esse tratamento mecânico e biológico que é feito no aterro sanitário de Canedo. -----

Sobre a questão de que o Executivo Permanente está a guardar uma nova redução da taxa de IMI para as próximas eleições, referiu que essa é uma preocupação muito grande do PS, pelo que o PS deve ter ficado espantado quando o Executivo Permanente reduziu, depois das últimas eleições e a 3 anos das eleições seguintes, a taxa de IMI. Frisou que o PS de Santa Maria da Feira está ansioso por acusar o Executivo Permanente de tomar uma medida eleitoralista, mas que não tem nenhum argumento para o fazer, pelo que, agora, está a fazer futurismo. -----

A respeito da intervenção do membro Daniel Gomes disse que, pelo que sabe, o mesmo tem formação na área financeira, pelo que fica espantado por ele não entender as regras orçamentais que obrigam a Câmara a ter as verbas paradas, explicando que não é por falta de vontade ou por falta de necessidade de gastar esse dinheiro, mas porque as regras orçamentais assim o obriga. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara reafirmou que a autarquia não tem 30 milhões de euros no banco, que era bom que tivesse, repetindo que a Câmara, apesar de querer gastar esse dinheiro, não pode tocar nele porque tem de cumprir a lei. -----



Entrou o membro José Carlos Silva. -----

Saiu o membro José Manuel Leão. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

5 – Derrama a cobrar no ano de 2020 (Exercício 2019) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 33, BE: 2, PS: 1 – Rui Alves Rios), 13 votos contra (PS: 11, CDS-PP: 1, IND: 1) e 3 abstenções (PS – Manuel de Almeida, Valdemar Silva e Francisco Andrade), autorizar a Câmara Municipal a lançar uma derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. -----

Deliberou também, sob proposta da Câmara Municipal, lançar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €.-----

Reentrou o membro José Manuel Leão. -----

6 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI (ano de imposto 2019) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, IND: 1) e 3 abstenções (PS – Manuel de Almeida, Valdemar Silva e Francisco Andrade), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para prédios urbanos em 0,375%. -----

Deliberou, também, minorar em 30% (máximo legalmente previsto) a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa que instrui o processo – que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e que corresponde à área situada a menos de 1200 metros dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que assume-se como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que,



por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do Concelho. -----
Deliberou, ainda, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: -----

1 dependente: 20,00 €; -----

2 dependentes: 40,00 €; -----

3 ou mais dependentes: 70,00 €. -----

7 – *Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2020)* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Alves Rios), 12 votos contra (PS: 11, IND: 1) e 5 abstenções (BE: 2, PS: 3 – Manuel de Almeida, Valdemar Silva e Francisco Andrade), fixar em 5%, sob proposta da Câmara Municipal, a participação do Município sobre o IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial. -----

8 – **Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2020** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 9 de setembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%. -----

9 – **Empreitada “Marcação rodoviária de pavimentos na rede viária municipal II – Santa Maria da Feira”** -----

- **Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual** -----



O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de setembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por dizer que, no entendimento do BE, o assunto não é instruído com a informação necessária, que não diz qual a empresa que vai fazer o trabalho e quais as propostas existentes, qual a área abrangida e em que moldes vai ser feita a empreitada. Referiu que o BE tem vindo a defender esta obra, que entende necessária e urgente, pelo que saúda a realização da mesma, fazendo notar que existem vias que já foram pavimentadas há mais de 2 anos e que continuam sem a marcação horizontal. ----
Concluindo, solicitou ao *Sr. Presidente da Câmara* que contextualizasse e informasse qual o planeamento da empreitada, ressaltando que essa informação não foi fornecida e que era necessária para que o BE pudesse votar favoravelmente o assunto.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que esclareceu que aquilo que a Câmara Municipal estava a pedir à Assembleia Municipal, neste ponto, é que a autorize a fazer despesa durante mais do que um ano, relativamente à empreitada em questão. -----
Salientou que só depois dessa autorização é que vai ser aberto o concurso, e que só após a conclusão do mesmo é que se vai saber a informação referida pelo membro *Pedro Ferreira*, designadamente a empresa que vai fazer a obra e qual o preço. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, CDS-PP: 1, IND: 1) e 2 abstenções (BE), autorizar a assunção do compromisso plurianual para o ano 2020 respeitante ao procedimento em epígrafe, no valor de 620.806,67 € (IVA incluído). -----

10 – Nomeação do Auditor Externo -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 12 de agosto de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia



Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, CDS-PP: 1) e 3 abstenções (BE: 2, IND: 1), nomear, sob proposta da Câmara Municipal, a sociedade G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC., Lda. como Auditor Externo responsável pela certificação legal das contas do Município, pelo período de 36 meses.-----

Saiu o membro Daniel Gomes.-----

**11 – XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses-----
- Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um substituto (também Presidente de Junta de Freguesia)-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a circular n.º 51/2019/MJL remetida à Mesa pelo Sr. Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.077, em 16 de setembro de 2019, e que foi enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal – onde se dá nota da realização do XXIV Congresso da ANMP, a levar a cabo nos dias 29 e 30 de novembro de 2019, em Vila Real. -----

Deu nota que, conforme diz a circular, compõem o Congresso três delegados de cada município associado, de entre os quais um presidente de junta de freguesia ou seu substituto, também presidente de junta de freguesia, ambos eleitos pela Assembleia Municipal, pelo que o que está em causa neste ponto é a eleição dos mesmos tendo em vista a representação das freguesias do Município de Santa Maria da Feira no referido Congresso. -----

Foi presente à Mesa uma única proposta, apresentada pelo grupo municipal do PSD, indicando para o efeito, como efetivo, o Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, Sr. Manuel Pereira dos Santos, e, como suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, Sr. Maximino Francisco da Costa.-----

Submetida a votação, por escrutínio secreto, a proposta apresentada, constatou-se o seguinte



Handwritten initials and signature

resultado: -----

- Votos a favor: 44, -----

- Votos em branco: 8. -----

Por conseguinte, foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, Sr. Manuel Pereira dos Santos, para representar todas as freguesias do Município no XXIV Congresso da ANMP, tendo sido eleito como seu substituto o Presidente da Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, Sr. Maximino Francisco da Costa. -----

Reentrou o membro Daniel Gomes. -----

12 – Protocolo entre o Município e a Freguesia de São Paio de Oleiros -----

13 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 23 de setembro de 2019 – enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O membro *Pedro Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Relativamente ao ponto 13, o Bloco lamenta, mais uma vez, que estejamos perante mais uma entrega de erário público a quem pretende, pelos vistos, monopolizar tudo neste Concelho. --- Aquilo que o Executivo aqui apresenta é, efetivamente, um compromisso de investir na requalificação do Complexo Desportivo de Sanfins e, de seguida, entregar o Complexo à gestão do Feirense. É isso que se passa aqui. -----

Embora este acordo reconheça que é função da Câmara Municipal desenvolver políticas através da atividade física e do desporto e que compete aos municípios o desenvolvimento e generalização de atividade física, isto diz no documento que foi fornecido, aquilo que nós vemos é, mais uma vez, a Câmara a eximir-se de cumprir com as suas funções e entrega mais um equipamento à gestão de uma entidade externa. -----

Reconhece ainda, isto no mesmo documento, que a prática de atletismo não profissional é



ef.
11

uma das mais significativas em Santa Maria da Feira, tendo inclusive, pelo que nos diz, auscultado 11 associações do Concelho, mas ainda assim prefere entregar a gestão deste equipamento ao maior clube concelhio. -----

A história deste Complexo é um bom retrato, também, daquilo que tem sido o PSD no Concelho de Santa Maria da Feira porque, aquando da construção do Complexo, alguém se esqueceu de que a pista tinha que ter os tais 400 metros e a capacidade para 8 corredores, já para não falar dos requisitos técnicos e de segurança que nunca foram cumpridos. -----

Entretanto, o equipamento foi deixado ao abandono e, agora, apresentam este acordo no qual a Câmara pretende investir dinheiro público e requalificar o Complexo em troca de 18 horas semanais, pedidas com 20 dias de antecedência, e essas 18 horas até contemplam o uso dos balneários. A Junta tem 3 vezes por ano, pedidos com 30 dias de antecedência. Tudo isto é muito estranho. -----

O Bloco de Esquerda denuncia este acordo, como tem feito em muitos outros acordos, porque depois de entregarem a água, o estacionamento, é agora mais um equipamento que vai para uma entidade externa. -----

Este, infelizmente, é mais um exemplo de uma política errada, que continua a entregar a gestão de bens que devem ser públicos e devem ser geridos pelos órgãos autárquicos, porque existe capacidade para isso, mas continuamos a entregar aquilo que devia ser de todos, no nosso entender, a entidades externas. Portanto, causa-nos uma enorme estranheza que este continue a ser o modus operandi deste Executivo.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, para o grupo municipal do PS, é completamente incompreensível que se deixe chegar certos equipamentos ao estado de degradação em que se encontram, que fiquem ao abandono durante anos e anos, fazendo com que, depois, para retomar o propósito dos mesmos, seja preciso gastar, se calhar, muito mais do que aquilo que se gastou a construí-los. -----

Aludindo ao Complexo Desportivo de Sanfins disse que o mesmo se encontra num estado vergonhoso, parecendo que nunca existiu nada naquele local ou que passou por ali uma eventual 3.ª guerra mundial, mas que, apesar desse lamento, o grupo municipal do PS não tem dúvidas de que é melhor requalificar os equipamentos e pô-los ao serviço da população do que não fazer nada, pelo que entende que os protocolos em questão são de fazer. -----



Referiu que, contudo, é preciso distinguir a materialidade da decisão da formalidade que leva à mesma, acrescentando que, quanto à materialidade, é preciso fazer alguma coisa, e que, quanto à formalidade, queria deixar o desafio ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de serem corrigidas algumas situações na execução dos protocolos que, no entendimento do grupo municipal do PS, não acautelam o interesse público nem o interesse de quem vai gastar o dinheiro na requalificação dos equipamentos.-----

Disse que um exemplo disso é a questão do regulamento de utilização dos equipamentos, salientando que o mesmo tem de ser feito pela Câmara até porque é ela que vai gastar o dinheiro, ressaltando que se a Câmara pretende concessionar a gestão dos equipamentos a uma determinada entidade, ou para cortar nos custos ou porque essa entidade tem mais valências e capacidades para tal, tem de ser a própria Câmara a ditar as regras, comentando que já existem exemplos do que aconteceu com outras concessões realizadas no Concelho. ----

Referiu que, para além disso, os protocolos em apreço são vagos, não constando o que é que efetivamente vai ser reabilitado nos equipamentos e com que pretensão, nem quais as valências que irão ter e quantas pessoas os irão frequentar, destacando que é preciso haver uma “accountability”, que é preciso saber o que se vai gastar e para quê, comentando que essa informação devia ser dada aos membros da Câmara e da Assembleia Municipal.-----

Realçou que os protocolos são tão genéricos que dão para tudo, comentando que quando dá para tudo também pode dar para o torto, podendo acontecer que a entidade gestora possa, qualquer dia, proibir a própria Câmara de utilizar os equipamentos.-----

Disse que outra situação tem a ver com o facto de o Complexo Desportivo de Sanfins ser propriedade da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e esta só poder requisitar o Complexo, a título excecional, três vezes por ano, comentando ser de admirar que o dono tenha de pedir para, excecionalmente, utilizar um equipamento que lhe pertence.-----

Salientou ainda que, face ao número de associações existentes no Concelho, considera que as horas semanais reservadas para o Município são insuficientes, ressaltando que se este, por exemplo, pretender organizar ali algumas provas, como as dos campeonatos distritais de atletismo, talvez as 18 horas disponibilizadas não sejam suficientes, e o Município ainda terá de pagar horas ao Clube Desportivo Feirense quando foi o Município a pagar a reabilitação do equipamento, frisando que isso não faz muito sentido.-----



[Handwritten signature]

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino disse que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente os protocolos porque se interessa pela materialidade dos mesmos, mas que deixa o conselho e o desafio à Câmara para que faça o regulamento de utilização antes de entregar a gestão dos equipamentos, de forma a salvaguardar o interesse público e para que tudo corra bem. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que o Bloco de Esquerda, às vezes, esquece-se que é Bloco de Esquerda, como aconteceu num ponto anterior desta sessão, mas que, depois, vem tudo ao de cima e defende que tudo o que não seja público não presta, que é para deitar fora. -----

Referiu que a Câmara precisaria, para ter sempre alguém a tomar conta de um equipamento como o do Complexo de Sanfins, de 6 funcionários, isto se cada um trabalhasse 35 horas semanais, comentando que, como é administrador de um hotel, está inteirado de quantas pessoas são necessárias para um posto de trabalho. Chamou a atenção para o custo que representaria para o Município apenas para se tomar conta do equipamento, ressaltando que nem sequer estava a falar do custo com as pessoas que fariam a administração do mesmo. -----

Salientou que qualquer associação ou instituição que tome conta da gestão daquele equipamento está a fazer um grande favor ao Município e a prestar um serviço à comunidade, porque está a zelar por um património que é comum e que não lhe dá rendimento nenhum, que apenas lhe dá trabalho. -----

Disse que o grupo municipal do PS, nesta Assembleia, teve alguma dificuldade em pôr areia na engrenagem, mas que, se calhar, tinha a vontade de tomar a mesma posição que tomou o PS na reunião da Câmara em relação a esta matéria, acrescentando que a realidade é que é sempre possível criticar qualquer documento, mas que também tem de haver o princípio da razoabilidade. Realçou que o grupo municipal do PS acabou por reconhecer que há toda a vantagem na execução do protocolo referente ao Complexo Desportivo de Sanfins, fazendo notar que esse equipamento nunca foi do Município, que pertencia à extinta freguesia de Sanfins e que, agora, pertence à União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, comentando que talvez o Bloco de Esquerda não soubesse disso. -----

Salientou que o Município não tem culpa por o Complexo de Sanfins ter sido vandalizado, mas que, agora, vai tomar em mão esse problema antigo, que é concelhio, e resolvê-lo através



da realização deste protocolo. -----
Concluindo a sua intervenção, o membro José Manuel Leão disse que há muitos anos que se quer uma pista de atletismo e que, agora, existindo finalmente essa possibilidade, considera que não se deve estar a criar quaisquer obstáculos nem a pôr areia na engrenagem de uma coisa que, à partida, vai funcionar bem e que é para o bem comum. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que referiu que o CDS-PP concorda com a requalificação do Complexo Desportivo de Sanfins para ser colocado ao serviço do Desporto em Santa Maria da Feira, mas que queria deixar um alerta para que a utilização daquele equipamento não tenha os mesmos problemas que se verificam com os campos sintéticos que o Clube de Futebol União de Lamas tem para a sua formação, e que também são utilizados por outros clubes daquela freguesia. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, tal como já mencionado, o Complexo Desportivo de Sanfins não era, nem é, do Município, dando nota que o terreno foi doado por um benemérito, nos anos 80, à então Junta de Freguesia de Sanfins, e que esta construiu nele aquele complexo desportivo porque foi para esse fim que o terreno foi doado. -----

Referiu que, segundo julga, alguns clubes amadores jogaram futebol naquele campo nessa altura, mas que, depois, com a extinção desses clubes, as instalações ficaram ao abandono, comentando que já se sabe o que habitualmente acontece a partir do momento em que há abandono, ainda mais numa zona tão erma. Disse que, entretanto, a Câmara apoiou, numa primeira vez, a Junta de Freguesia na recuperação daquelas instalações, porque voltou a haver futebol amador, mas que, posteriormente, as mesmas voltaram a ficar ao abandono. -----

Realçou que há uma forte ambição dos clubes de atletismo do Concelho em ter uma pista de atletismo homologada, e que a Câmara partilha da mesma, mas que também queria lembrar que o Concelho já tem, em Lourosa, uma boa pista de atletismo de tartan, só que essa apenas tem 200 metros, que era o que o espaço permitia. Reafirmou que a ambição é partir para a reabilitação do Complexo Desportivo de Sanfins para, dessa forma, o Concelho passar a ter uma pista de atletismo que permita competições oficiais, sejam nacionais ou internacionais, dando nota que será um investimento elevado precisamente por essa ambição. -----



Disse que a ideia foi encontrar uma forma para a Câmara poder intervir no equipamento e, após a reabilitação deste, a gestão do mesmo ser entregue a uma entidade gestora, acrescentando que, conforme dito pelo membro José Manuel Leão, a gestão daquele Complexo representa um custo acrescido, e que, um dia, outra pessoa que lidere os destinos da Câmara pode vir a entender que o mais adequado é que essa gestão seja feita pela própria Câmara.-----

Referiu que, portanto, o que pede à Assembleia Municipal é que aprove o protocolo para que a Câmara possa iniciar os passos, designadamente a realização do projeto que demora sempre bastante tempo, reafirmando que, em linhas gerais, o que foi pedido foi um documento que permita a intervenção da Câmara no Complexo de Sanfins, porque a Junta de Freguesia não tem capacidade financeira para gastar nele mais de 1 milhões de euros, que é uma estimativa muito por alto do quanto vai custar a intervenção, e que permita, após a reabilitação, entregar o Complexo a uma entidade para que ela faça a gestão do equipamento e o mantenha protegido contra o vandalismo.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que vai aceitar a recomendação deixada pelo grupo municipal do PS, porque a mesma lhe parece muito prudente, pelo que irá pedir aos serviços jurídicos da Câmara para avaliar essa questão do regulamento de utilização, no sentido de serem acauteladas eventuais situações.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

12 – Protocolo entre o Município e a Freguesia de São Paio de Oleiros-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), autorizar a celebração do protocolo entre o Município e a Freguesia de São Paio de Oleiros, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

13 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 34, PS: 14, CDS-PP: 1, IND: 1), 2 votos contra (BE) e 1 abstenção (PS – Manuel Almeida), autorizar a celebração do protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira,



Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

14 – 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e PAM)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de setembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária a revisão orçamental em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 34, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 16 abstenções (PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a revisão orçamental em epígrafe, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

Saiu o membro Jorge Ferreira.-----

15 – Alteração à postura de trânsito de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 23 de setembro de 2019 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Acompanha a deliberação camarária a informação técnica e respetivo anexo a que a mesma se refere – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----



Handwritten signature or mark

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, IND: 1), aprovar a alteração da postura de trânsito em epígrafe, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma inscrição, do cidadão Fernando Jorge Soares Carvalho, residente na Rua da Volta, n.º 17, em Espargo, para falar a respeito do assunto “Corte de continuidade da Rua das Cavadas em Espargo”.-----

Após verificar que o referido cidadão se encontrava presente, informou ao mesmo que, nos termos regimentais, tinha cinco minutos de intervenção, numa intervenção única, passando-lhe, de seguida, a palavra.-----

Interveio o cidadão *Fernando Carvalho* que começou por dizer que, depois do problema da ETAR da Remolha – do qual já veio falar a esta Assembleia Municipal numa sessão anterior – se inscreveu para, nesta sessão, falar de um novo constrangimento, designadamente o corte de continuidade da Rua das Cavadas, em Espargo.-----

Após agradecer ao Sr. Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, António Topa Gomes, pela resposta que deu à missiva subscrita por 379 pessoas a respeito desse corte de continuidade, passou a ler documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Pela primeira vez na sua história, foi extinta a continuidade da Rua das Cavadas e da Rua dos Gondins, localizadas em Espargo, por força do facto de se cruzarem com a via estruturante Espargo – Paços de Brandão. Estamos, naturalmente, contra essa decisão! -----

Com Espargo dividido, grosso o modo, ao meio, para garantirmos a continuidade da Rua das Cavadas, somos obrigados a percorrer 700 metros adicionais no sentido de circulação Paços de Brandão – Espargo e 3.000 metros adicionais no sentido Espargo – Paços de Brandão. -----

Sentimo-nos discriminados, até porque, nas mesmas condições a Rua dos Casais e a Rua das Figueiras, em Rio Meão, mantêm-se contínuas e equipadas com vias de reserva para viragem à esquerda, isto apesar da perigosidade aí existente e incomparável com a verificada nas Ruas de Espargo, isto, atendendo à falta de visibilidade. Não é aceitável que o Sr. Vereador veja a



mesma via de forma diferenciada, considerando que entre a rotunda de acesso à N223 e a Rotunda de acesso ao LusoPark, a via estruturante sirva apenas para circulação e que entre a Rotunda de acesso ao LusoPark e Paços de Brandão, sirva para circulação e acessibilidades. É esta adoção de soluções técnicas distintas ao longo da via que exhibe a existência de dois pesos e duas medidas e que é, concomitantemente, discriminatória! -----

De acordo com o seu comunicado, o Sr. Vereador pretende ainda que a via permita a prática de velocidades máximas de 90 km/h (velocidade máxima prevista fora das localidades)! Isto faz sentido, em particular, em torno das referidas ruas? Se um veículo que circula na via e se aproxima, por exemplo, do cruzamento da Rua dos Casais a 90 Km/h, sabendo que a distância máxima do campo de visão é inferior a 90 m, o tempo de reação de um condutor para atravessar a via é inferior a 3,6s. Isto é razoável? Não falta lá nada? A segurança é de facto uma preocupação legítima?-----

Na Rua das Cavadas, com uma distância máxima do campo de visão de 180 m, esse tempo de reação é de 7,2s. -----

De acordo ainda com o seu comunicado, o Sr. Vereador refere-se à ausência de vias de reservas de viragem à esquerda para adotar a solução da linha continua e assim descontinuar a Rua das Cavadas. Se essas placas de proteção não existem (existindo, porém, em Rio Meão), então que se construam. -----

Finalmente, diz ainda o Sr. Vereador, que a implementação de uma rotunda, dada a grande desproporção de tráfego existente entre a Rua das Cavadas e a via, alteraria o objetivo/função da mesma. Mas essa é a melhor opção! Não tem nada de inédito e a desproporção de tráfego é uma justificação nula! Basta verificarmos que essa é a solução que está a ser implementada na N223, na zona de Sanfins, local onde se verifica também uma grande desproporção de tráfego que, como se nota, não relevou na decisão. -----

E nas outras vias estruturantes? -----

Na via estruturante S. João de Ver – Lamas, existe em todos os seus cruzamentos uma rotunda que garante a continuidade de todas as vias secundárias. Por seu lado, a via estruturante Lamas – Lourosa, com um volume de tráfego incomparável com qualquer uma das anteriores, exhibe soluções mistas e “zero de constrangimentos” para os seus utilizadores. -----

Sr. Presidente, faça uma rotunda no cruzamento da via com a Rua das Cavadas, reduza a velocidade (estamos a falar de uma perda de 10 segundos por condutor) e, dessa forma,



melhore a segurança e devolva-nos a acessibilidade.”-----

Concluindo a sua intervenção, o cidadão Fernando Carvalho questionou ao Sr. Presidente da Câmara se, tal como aconteceu no caso da ETAR da Remolha, também iria estar, neste caso que reportou, ao lado dos moradores. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, segundo a informação técnica que tinha em seu poder, o corte de continuidade da Rua das Cavadas deveu-se a razões de segurança, comentando que essa é uma pequena rua que atravessa a Via Estruturante Espargo-Paços de Brandão, a qual é uma via de distribuição de trânsito onde se circula com alguma velocidade e onde existe, de facto, perigo no atravessamento. -----

Disse ainda estimar-se que, dentro de 1 ou 2 anos, se verifique uma intensificação imensa de trânsito naquela Via Estruturante por força do crescimento do parque empresarial Lusopark, informando que, apesar da taxa de ocupação do mesmo rondar, atualmente, os 20%, tem todos os lotes vendidos, daí essa estimativa. -----

Referiu que para quem segue, na Rua das Cavadas, no sentido poente-nascente, não lhe parece que exista grande constrangimento porque basta ir à rotunda que dá acesso à N223 e faz a inversão de marcha, percorrendo cerca de 500 metros, no total, para o efeito, mas que reconhece que o constrangimento é maior para quem segue no sentido contrário porque a rotunda que possibilita fazer a inversão de marcha é mais distante. Frisou tratar-se de uma matéria essencialmente técnica e que a opinião dos técnicos é que qualquer inversão de marcha ou atravessamento deve ser feito nas rotundas existentes, para evitar acidentes, acrescentando que, apesar da Câmara gostar de satisfazer os munícipes, o facto é que o atravessamento da Via Estruturante é, tanto no caso da Rua das Cavadas como da Rua de Gondins, extremamente perigoso. -----

Informou que não está prevista a construção de uma rotunda naquele local, e que não se trata de uma questão de fazer mais ou menos uma rotunda, fazendo notar que existe ali um pequeno aglomerado habitacional e que não lhe parece que o volume de trânsito que origina justifique uma rotunda, mas que a Câmara pensará nessa solução caso, um dia, surja essa possibilidade. Salientou que, agora, é preciso encontrar uma solução pelo que irá pedir ao Sr. Vereador e aos técnicos para estudarem novamente o assunto, comentando que existe a hipótese de ser implementada uma faixa central para permitir a viragem à esquerda, mas que



essa solução tem de ser estudada, fazendo sobressair que não estava a prometer nada. -----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara reforçou que o corte de
continuidade das ruas em questão se deveu, essencialmente, a razões de segurança, para tentar
evitar que existam acidentes graves naqueles pontos, os quais já acontecem com alguma
frequência, comentando ainda que quando a política se mete nas questões técnicas, como é
esta, muitas vezes dá asneira, pelo que tem de se confiar nos técnicos. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do
Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu
a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata
em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 23 horas e 5 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou
a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

Amadeus Marques

A 1.ª Secretária,

Luísa Figueira dos Santos

O 2.º Secretário,

Manoel José de Castro Reis